

ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que faça a leitura da ata da sessão anterior. **PEQUENO EXPEDIENTE.**

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! *"Ata da Décima Quinta Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Paulo Duarte, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Dezesseis da Décima Quarta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 790/2026, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ofício nº 71.269/2026, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Carta nº 287/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Gerson Claro, Paulo Corrêa, Zé Teixeira, Paulo Duarte, Caravina, Antonio Vaz, Lidio Lopes, Gleice Jane e Professor Rinaldo. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lia Nogueira, Pedro Kemp, Marcio Fernandes, Pedrossian Neto e Roberto Hashioka. GRANDE EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Gleice Jane, Pedro Kemp e Zé Teixeira. Ausência justificada do deputado João Henrique, em face da impossibilidade de acesso pelo sistema de votação remota. Ausências justificadas dos deputados Lia Nogueira e Junior Mochi. ORDEM DO DIA - Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 129/2025, de autoria da deputada Gleice Jane; Projeto de Lei nº 307/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada aos familiares de Raimundo de Oliveira Simões; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à Comunidade Remanescente de Quilombo Eva Maria de Jesus (Tia Eva), localizado em Campo Grande, e ao senhor João Henrique dos Santos, superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Mato Grosso do Sul (Iphan-MS), pelos esforços conjuntos que resultaram no reconhecimento do Quilombo Tia Eva como o primeiro quilombo declarado tombado no Brasil; requerimento, de autoria dos deputados Professor Rinaldo e Mara Caseiro, solicitando que seja concedido, nos termos da Resolução nº 18, de 27 de maio de 2008, o Diploma de Ilustre Visitante ao senhor Santiago Belacqua; requerimento, de autoria dos deputados Professor Rinaldo e Mara*

*Caseiro, solicitando a reserva do Saguão de Exposição Nelly, para a realização da Exposição de telas do pintor Santiago Belacqua, e também de artistas regionais, dia 26 de março do corrente ano; requerimento, de autoria do deputado Lidio Lopes, solicitando a reserva do Plenário, para realização da Sessão Solene de entrega da Medalha do Mérito Advocatício do Estado de Mato Grosso do Sul 'Jorge Antônio Siufi', edição do ano de 2026; requerimento, de autoria da deputada Gleice Jane, solicitando o uso da tribuna, na Sessão Ordinária do dia 19 de março de 2026, por representante dos docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Aduems), para tratar da campanha salarial dos docentes da UEMS e do reenquadramento de carreira de professores aposentados; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Renato Câmara e Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Professor Rinaldo, Paulo Corrêa, Zé Teixeira, Jamilson Name, Pedro Kemp e Pedrossian Neto. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezessete de março do ano de dois mil e vinte e seis". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que faça a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados! Não há expediente a ser lido nesta Sessão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, pela ordem de inscrição, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, eu peço licença para ler um projeto de lei. "Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, para dispor sobre a isenção e a redução do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) sobre veículos elétricos e híbridos. Artigo 1º - O artigo 153 da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos: Inciso II - 100% de isenção, no caso de veículo com motor acionado exclusivamente por eletricidade (BEV); Inciso IV - 90% de isenção, no caso de veículo eletrificado denominado híbrido plug-in (PHEV); Inciso V - 70% de isenção, no caso de veículo eletrificado denominado híbrido convencional (HEV) e híbrido flex (HEV Flex)." Então, aqui estão todas as considerações, senhor presidente. Eu acho que tem de haver uma modificação nessa lei, até porque ela é de 1997. Lá em 1997, não havia esses quatro tipos de carros que merecem isenção do tributo do Estado, pois estão contribuindo para a política do Estado de Mato Grosso do Sul Carbono Neutro 2030. A COP-15, que vai acontecer aqui em nosso estado, se aproxima. E fica a essa possibilidade de esses veículos serem isentos do imposto, na forma como especifica. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente, telespectadores que nos acompanham pela TV e Rádio Alems e pelas nossas redes sociais, bom dia! Eu tenho duas indicações. Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado o expediente ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel; ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara; e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando a implantação de guard-rails e sinalização viária no trecho que compreende o aterro do rio Samambaia, no município de Batayporã. A proposta atende à solicitação da comunidade rural do município e daquela região tão importante. Os produtores precisam ter esse acesso para levar suas máquinas, plantadeiras e para escoar sua produção. Indico à Mesa, observando as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhando expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel; ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara; e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando a implantação de ciclovia e ciclofaixa na rodovia MS-450, no trecho compreendido entre a esquina da rua Oscar Trindade de Barros, no bairro Serraria, no município de Aquidauana, e o pontilhão localizado na referida via, no cruzamento com a rodovia BR-419. A presente indicação atende à demanda da comunidade local, dos ciclistas que utilizam a rodovia e também da Câmara Municipal de Aquidauana, por meio do Ofício nº 06/2026, de autoria do vereador Sargento Cruz. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, senhoras e senhores. Eu trago uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo aos parlamentares representantes do Estado de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com cópia ao prefeito de Dourados, senhor Marçal Gonçalves Leite Filho, solicitando o direcionamento de recurso da União, visando à realização de melhoria da estrutura física na Escola Municipal Loi de Bonfim Andrade, no município de Dourados. Só isso, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, bom dia! Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à doutora Marielle Alves Corrêas Galha, diretora-presidente do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, solicitando a apuração e investigação da conduta da equipe do Centro Obstétrico do Hospital Regional, diante da

grave denúncia de recusa na realização de parto cesáreo em uma gestante internada na unidade. Chegou ao nosso conhecimento, através de matérias jornalísticas, a denúncia apresentada por familiares de uma gestante que se encontrava internada no Centro Obstétrico do Hospital Regional, relatando que a paciente teria permanecido aproximadamente 24 horas em intenso sofrimento e com dores, aguardando assistência adequada para realização de parto cesáreo. Segundo os relatos, mesmo diante do quadro de dor e da solicitação da família, a equipe responsável teria se recusado, de forma informal, a realizar o procedimento, sem apresentar esclarecimentos claros ou justificativa técnica formalizada nos prontuários ou comunicada à família. É uma situação grave que precisa ser apurada. Nós estamos solicitando à direção do hospital que preste esclarecimentos sobre esse lamentável fato ocorrido aqui no Hospital Regional. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística; e senhor Rudi Fiorese, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando, com urgência, reparação ou substituição da ponte sobre o rio Aquidauana, situada na região do Nuara, que ligação os municípios de Terenos e Dois Irmãos do Buriti. A referida ponte é uma via essencial de acesso para diversas famílias que residem na região do Nuara, sendo utilizada diariamente por trabalhadores, moradores, estudantes que dependem dessa ligação para o deslocamento entre as comunidades, inclusive para acessar as unidades de saúde e as unidades escolares. Entre os mais afetados estão os alunos do Nuara, os quais estudam na Escola Municipal Professora Vilma Fátima de Assis Barreto, localizada logo após a ponte, no assentamento 7 de Setembro. Em razão da interdição da ponte pela Defesa Civil, as aulas presenciais encontram-se suspensas, prejudicando diretamente o processo de aprendizagem dos estudantes. Embora os professores estejam se esforçando para encaminhar atividades aos alunos, é evidente que tal medida não substitui a qualidade e a importância das aulas em sala de aula. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Roberto da Silva, superintendente do Incra, solicitando informações acerca do pagamento do Programa Fomento Mulher às assentadas do assentamento Terra do Boi e Santa Clara, localizado no município de Juti. Chegou ao nosso conhecimento que diversas beneficiárias do Programa Fomento Mulher, mesmo após o recebimento do cartão do programa, ainda não tiveram os valores creditados, o que tem gerado insegurança e preocupação, considerando que o benefício possui caráter essencial para o fortalecimento da autonomia econômica feminina, gerar renda e promover segurança alimentar no campo. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, imprensa, servidores da Casa, público que nos prestigia aqui e todos que nos acompanham pela TV Assembleia e pelas redes sociais, bom dia! Eu venho apresentar dois requerimentos e três indicações. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor

Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando a instalação de um posto ou base da Polícia Militar no distrito de Congonhas, no município de Bandeirantes. A presente solicitação atende ao anseio da população local, que encaminhou documento ao meu gabinete parlamentar, manifestando a necessidade de fortalecimento da segurança pública na região. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, e ao senhor Frederico Felini, secretário de Estado de Administração, por cópias autônomas, solicitando análise do encaminhamento de propostas de alteração do Plano de Cargos e Carreiras (PCC) dos profissionais técnicos da educação superior da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), instituído pela Lei nº 5.779, de 19 de dezembro de 2021. A presente solicitação tem por objetivo promover o aperfeiçoamento da legislação, visando à valorização dos profissionais técnicos da educação superior e ao aprimoramento da estrutura de carreira e progressão funcional desses servidores, que desempenham papel fundamental no funcionamento administrativo-institucional da Universidade. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação aos atletas Felipe Valêncio, Patrick Pisoni, Cleyton Gonçalves, representantes do Estado de Mato Grosso do Sul no futebol de amputados, em reconhecimento às conquistas alcançadas na primeira Taça Libertadores da América de futebol para amputados, realizada na cidade de São Paulo, em fevereiro deste ano. Na referida competição continental, Felipe Valêncio, atuando pelo Clube Esperia, sagrou-se vice-campeão da competição e foi eleito o melhor jogador da Libertadores, distinção concedida ao atleta de maior destaque técnico do torneio. Já Patrick Pisoni e Cleyton Gonçalves, defendendo o Esporte Clube São Bento, da cidade de Sorocaba, conquistaram o terceiro lugar na competição, garantindo medalha de bronze, na histórica primeira edição do torneio. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos da senhora Paulina Miranda Campos, falecida no dia 8 do corrente mês, no município de Coxim. Paulina Miranda Campos foi uma cidadã de trajetória marcada pela dedicação à família, pelo trabalho, pelo profundo vínculo com a comunidade coximense, onde construiu sua história de vida e deixou lembranças afetivas entre todos aqueles que tiveram o privilégio de conviver com ela. Se aprovada, a presente moção deverá ser reduzida nos termos que se seguem. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação aos policiais militares do 12º Batalhão de Polícia Militar de Naviraí BPM Capitão José Marques Filho, sob o comando do tenente-coronel Luciano Rodrigues Barbosa Nogueira de Oliveira, extensiva aos oficiais e praças envolvidos, pela atuação profissional, técnica e responsável na operação de desocupação pacífica de áreas de domínio público, localizadas às margens da rodovia estadual MS-145, nas proximidades da Fazenda Santo Antônio de Pádua, na zona rural do município de Naviraí. Registro ainda que iniciativa semelhante de reconhecimento à atuação dos policiais também foi apresentada na Câmara Municipal de Naviraí pela vereadora Liliane Patrícia Dias Capuci. Por fim, senhor presidente, uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos senadores Nelson Trad Filho, Soraya Vieira Thronicke e Tereza Cristina, bem como aos deputados federais representantes de MS, por meio de cópias autônomas, solicitando a união de

esforços junto ao Ministério da Saúde, para que seja conferida prioridade absoluta à reavaliação e à liberação do medicamento Elevidys no Brasil, terapia gênica destinada ao tratamento da Distrofia Muscular de Duchenne, considerando a janela de tempo restrita para sua aplicação em crianças. O referido medicamento encontra-se atualmente com análise suspensa pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), embora já tenha sido autorizado para uso nos Estados Unidos da América. Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu quero fazer um convite aos membros da Casa, de modo especial aos membros da Comissão de Acompanhamento da Concessão da BR-163. A Motiva Pantanal, empresa concessionária que assumiu a operação e os serviços de recuperação, ampliação, duplicação das rodovias, no próximo dia 25, às 14 horas, estará presente na Casa para prestar contas das ações desenvolvidas desde o início da vigência do novo contrato de concessão repactuado, desde 1º de agosto do ano passado. Então, ficam convidados os membros da comissão — que sou eu, a deputada Mara Caseiro, o deputado Caravina, o deputado Pedrossian Neto, o deputado Pedro Kemp e o deputado Hashioka. A reunião ocorrerá no próximo dia 25, às 14 horas, na sala da presidência, com a presença da Motiva... O deputado Caravina está dizendo que nesse horário tem audiência pública da Energisa. Portanto, vamos adequar a agenda para que todos possam participar. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares! Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a execução de obras de pavimentação asfáltica na MS-446, até a ligação com a BR-262, no município de Miranda. A proposta atende à solicitação encaminhada diretamente ao meu gabinete parlamentar pelo senhor Rony Ramalho. É evidente a necessidade de proporcionar um acesso mais seguro e eficiente à região, não só para os residentes locais, mas também para os visitantes e turistas que frequentam a região. Além disso, a pavimentação asfáltica conectaria de forma mais direta e acessível a região à BR-262, facilitando o fluxo de pessoas e mercadorias, e, consequentemente, impulsionando o desenvolvimento econômico e social da região. É importante ressaltar que este é um desejo antigo da população que vive e trabalha na área. A falta de infraestrutura viária adequada tem sido um obstáculo significativo para o progresso local e limita o potencial de crescimento das atividades comerciais, educacionais e turísticas. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópias ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de

Infraestrutura e Logística; e ao senhor Rudi Fiorese, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando que seja realizada a Operação Tapa-Buraco na rodovia MS-162, no trecho entre o distrito de Quebra-Coco e o município de Sidrolândia. A proposta visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao meu gabinete parlamentar pelo senhor João Paulo Diniz Macedo. O referido trecho encontra-se em condições precárias de conservação, apresentando inúmeros buracos que comprometem a segurança dos usuários da via, aumentando significativamente o risco de acidentes, além de causar danos aos veículos que por ali transitam. Ressalto que a rodovia é de grande importância para o deslocamento de moradores, transporte escolar, escoamento da produção agrícola e demais atividades econômicas da região, o que torna ainda mais necessária a manutenção adequada da rodovia. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! Eu trago duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando a modernização da iluminação pública na rotatória situada na bifurcação das rodovias MS-080 e MS-430, no município de Rio Negro, mediante a substituição das luminárias convencionais por lâmpadas de LED, visando com isso garantir maior segurança aos usuários. Essa indicação foi enviada ao nosso gabinete pela vereadora Nair de Oliveira, de Rio Negro. O Estado já vem fazendo a substituição de lâmpadas nos acessos aos municípios; está sendo muito importante, questão de segurança e embelezamento também da via. Em Rio Negro mesmo, já teve outras ações como essa na MS-080, mas ficou faltando nessa, na bifurcação da MS-080 com a MS-430. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, reiterando solicitação para execução da Operação Tapa-Buraco e recapeamento asfáltico noanel rodoviário Fernando Lima de Vasconcelos, no município de Nova Andradina, especificamente no trecho compreendido entre a rodovia MS-376 (saída para Batayporã) e a rodovia MS-134 (saída para o distrito de Casa Verde). Isso é urgente. A situação do anel viário é muito ruim, e o movimento por lá é muito grande. Todas as vezes que eu vou a Nova Andradina, recebo essa reivindicação tanto da classe política, como dos comerciantes, empresários da região. Eu sei que há o tempo de maturação dos processos licitatórios, sei da dificuldade, o estado é grande, há muita coisa acontecendo. Mas nós precisamos de uma solução para o problema do anel viário de Nova Andradina. Se eu puder, também vou despachar pessoalmente com o secretário Guilherme, dada a importância dessa reivindicação dos moradores e da classe política daquele importante município de Mato Grosso do Sul. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu estive ontem com o governador Eduardo Riedel, e, entre vários assuntos, nós falamos sobre a questão da Caminhos da Celulose, da concessão da Rota da Celulose, das rodovias. Estava surgindo uma preocupação com relação à manutenção inicial dessas rodovias, tanto da BR-262, da BR-267 e das rodovias estaduais que foram concessionadas: a MS-040 e a MS-338. São rodovias de intenso movimento, e aconteceu um vácuo entre a saída do Dnit, em relação às federais, e a saída das empresas terceirizadas das estaduais e o início da prestação de atividade da Caminhos da Celulose, que é o consórcio que venceu a licitação. O governador nos tranquilizou ontem. Ele visitou as instalações do consórcio; e eles estão entrando, a partir de segunda-feira, com vinte e duas equipes para fazer a roçada nas rodovias, mexer nas placas que estão encobertas, também para a Operação Tapa-Buraco, enfim. É o início da concessão; lógico que não é isso que vai resolver. A coisa vai acontecer no curto, médio e longo prazo. Mas, no curto prazo, nós precisamos, eu fui pedir para ele a manutenção emergencial, a execução da Operação Tapa-Buraco, a roçada. E ele nos tranquilizou com relação a isso. Quero passar essa informação aos moradores que estão nos cobrando. Já foi feita alguma coisa na MS-040, mas eles vão intensificar esse trabalho a partir do início da semana que vem. Era isso que eu queria deixar registrado. E quero aproveitar o momento para fazer um convite. Dia 25 deste mês, a partir das 13h30, teremos uma audiência pública com as distribuidoras de energia — não é da Energisa, é das distribuidoras. Nós temos duas distribuidoras no estado: a Energisa e a Eletro. Nós vamos debater, ver o que podemos fazer para melhorar a prestação de serviços, principalmente de manutenção, quando ocorrem quedas de energia na rede. Acho que a audiência vem para apresentarmos as dificuldades e acharmos a solução. Esse é o objetivo da audiência. A intenção não é criar problemas, é solucioná-los. Tenho certeza de que dessa audiência sairão muitos encaminhamentos bons. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, deputados, deputadas e todos que se fazem presentes! Quero registrar e agradecer a presença do Tiago, lá da nossa querida Bela Vista. É um prazer tê-lo aqui conosco. Eu tenho aqui duas indicações, as quais já foram feitas ontem pelo sistema, mas eu gostaria de falar da importância de cada uma delas. A primeira é referente à reativação do destacamento da Polícia Militar do distrito de Morumbi. Morumbi é um distrito que hoje está se transformando, principalmente no turismo, depois que houve a implantação da pavimentação asfáltica dos 20 quilômetros que ligam Morumbi à sede de Eldorado...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — A senhora poderia lembrar que foi um engenheiro novinho, recém formado quando veio para Mato Grosso do Sul que

fez esse projeto. Eu e Vossa Excelência participamos da inauguração da obra, juntamente com o governador Eduardo Riedel.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Foi um prazer muito grande. E hoje o que acontece? Nós tínhamos lá o destacamento, e havia só um policial militar, que mora no distrito do Morumbi. Só que ele se aposentou, foi para a reserva, e infelizmente não foi nenhum outro policial para lá. Então, o destacamento está fechado. A gente tem recebido muitos pedidos referentes à reabertura daquele destacamento, para que as pessoas possam se sentir seguras novamente, porque principalmente nos finais de semana, a quantidade de pessoas que estão indo para o Morumbi — graças a Deus se tornou uma referência — tem sido grande. Então, quero apenas pedir ao governador que viabilize a reabertura do destacamento do distrito Morumbi. Também tenho aqui uma moção de pesar. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da mui digna senhora Suleide Silva Leite, por seu falecimento, ocorrido no dia 17 do corrente mês, no município de Caracol. Se aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição da deputada Mara Caseiro, manifesta profundo pesar pelo falecimento da senhora Suleide Silva Leite, ocorrido no dia 17 de março de 2026, no município de Caracol. E, neste momento de dor e consternação, esta Casa de Leis se solidariza com seus familiares e amigos, em especial com sua filha, a vereadora Meire Leite, reconhecendo o legado de vida, dedicação e valores deixados pela senhora Suleide, cuja trajetória foi marcada pelo amor à família e pelo respeito ao próximo". E trago também um requerimento. Requeiro à Mesa, nos termos do artigo 160, inciso VI, e do artigo 176, inciso III, do Regimento Interno, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Rudi Fiorese, solicitando a elaboração do projeto e a execução da obra de pavimentação asfáltica na estrada da Serra do Pindaivão, localizada no município de Rio Verde de Mato Grosso. A presente indicação atende a um pedido formulado pelo vice-prefeito Jorginho. É uma reiteração, pois essa indicação já foi feita ano passado. E, por último, outra indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, e ao comandante-geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, coronel Renato dos Anjos Garnes, solicitando a alocação de recursos para viabilizar a construção de sede própria e implantação de um destacamento da Polícia Militar no município de Paraíso das Águas. A presente indicação atende a um pedido formulado pelo prefeito Ivan e pelos vereadores daquele município. Senhor presidente, ontem eu fiz uma moção de congratulação referente à inauguração do Parque Tecnológico Internacional de Ponta Porã e do Centro de Cultura e Empreendedorismo, Inovação em Memória do Tereré. Quero dar mais um destaque a isso. O evento foi realizado no dia 13 deste mês, no município de Ponta Porã. A inauguração do Parque tecnológico e do Ceimpp, sem dúvida nenhuma, é um marco histórico para o desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural da região de fronteira entre Brasil e Paraguai. Eu estive lá e pude ver que a obra é maravilhosa. O parque vai

contribuir para o desenvolvimento tecnológico de toda a região, em especial, é claro, de Ponta Porã e do Paraguai. Eu parabeno o prefeito Eduardo Campos e a nossa querida primeira-dama Paula Consalter. Obrigado, presidente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Senhor presidente, Vossa Excelência comentou sobre a construção, pavimentação, implementação da rodovia que liga Eldorado ao Porto Morumbi. Disse que participou do processo. Eu concordo com Vossa Excelência: aquele é um dos pontos mais bonitos do estado, tem a beleza natural, tem praias no rio Paraná. E, falando sobre o rio Paraná, há um ponto sobre o qual esta Casa precisa discutir e refletir, senhor presidente: nunca mais nós vimos o Governo do Estado fazer um viaduto. Campo Grande e tantos outros municípios precisando de viaduto. Eu digo isso para entrar em um assunto importante que quero trazer a esta Casa. O último viaduto construído em Campo Grande foi fruto da iniciativa privada, em cima de empreendimentos imobiliários. E Mato Grosso do Sul perde para São Paulo e para o Paraná, por exemplo, em empreendimentos imobiliários, em lotes, chácaras, sítios, ranchos na beira do rio, enfim. Nós temos tanta riqueza, tanta beleza. E é só ver São Paulo, vindo de Santa Fé, agora invadindo Aparecida do Taboado; trinta, quarenta quilômetros tem também em Paranaíba de margem dupla, e não há um projeto de empreendimento imobiliário lá. E onde Vossa Excelência conhece e fez a estrada, no trecho Eldorado–Porto Morumbi. Então, acho que nós temos que avaliar, repensar isso, porque traz a iniciativa privada para dentro do Estado, senhor presidente. Mas, esse é apenas um comentário, uma reflexão que convido Vossa Excelência também a fazer. Nós levaremos, enquanto pré-candidato, esse molde, essa parceria com a iniciativa privada para dentro do plano de governo do Partido Novo. Mas eu faço aqui, senhor presidente, uma observação: nós propusemos, em 2023, um projeto criando o Programa Estadual de Incentivo ao Uso de Carros Movidos a Propulsão Híbrida no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. Eu observei Vossa Excelência anunciando aqui em Plenário também um projeto conexo; e o deputado Roberto Hashioka também propôs um projeto semelhante, e ele está parado. Então, neste momento, senhor presidente, quero fazer uma questão de ordem à Mesa Diretora, solicitando a conexão desses três projetos que mencionei, porque eles são de três parlamentares que têm vontade de trabalhar em prol dessa causa. Então, solicito aqui, senhor presidente, formalmente, a conexão dos projetos, para que nós possamos ganhar força e fazer com que esse projeto ande nas outras comissões e chegue ao Plenário com as modificações necessárias e devidas. Eu acredito que seja isso que Vossa Excelência, o deputado Hashioka e nós queremos. Obrigado, senhor presidente, e parabéns pela proposição do projeto.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço. Vou pedir ao doutor Fábio Camilo, que é o nosso consultor jurídico, que estude a possibilidade de fazermos um projeto único nesse sentido. Estamos falando também de uma lei de 1997, mas hoje os carros estão muito diferentes. Acho que dá para fazermos um "bem bolado", todo mundo ganhando. Isso é bom para Mato Grosso do Sul. Nós temos o Projeto de Emissão de Carbono Zero 2030. Vamos ver o que dá para fazer. Obrigado. Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: oito indicações (Prot. nºs 00542/2026, 00543/2026, 00544/2026,

00545/2026, 00546/2026, 00540/2026, 00547/2026, 00541/2026). De autoria do deputado Jamilson Name: uma moção de congratulação (Prot. nº 00575/2026). De autoria do deputado Caravina: seis indicações (Prot. nºs 00578/2026, 00577/2026, 00576/2026, 00555/2026, 00554/2026, 00553/2026). De autoria do deputado Junior Mochi: cinco indicações (Prot. nºs 00535/2026, 00565/2026, 0564/2026, 00562/2026, 00561/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 00566/2026, 00563/2026); um projeto de lei (Prot. nº 00567/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: uma indicação (Prot. nº 00557/2026); um requerimento (Prot. nº 0556/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00558/2026). De autoria da deputada Mara Caseiro: quatro indicações (Prot. nºs 00551/2026, 00550/2026, 00549/2026, 00548/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00552/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: um projeto de lei (Prot. nº 00560/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: sete indicações (Prot. nºs 00538/2026, 00537/2026, 00536/2026, 00573/2026, 00574/2026, 00572/2026, 00571/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 00569/2026). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente e senhores deputados, eu quero registrar aqui um evento muito importante, que será realizado no fim de semana, aqui em Campo Grande. O Hospital Universitário vai integrar um mutirão nacional, no sábado, dia 21, para a realização de trezentos atendimentos, entre os quais: cirurgias, exames e consultas com especialistas. Esse mutirão integra o "Programa Agora Tem Especialistas", do Ministério da Saúde, do governo do presidente Lula. Muito importante. Mais uma realização do governo Lula, que, percebendo essa demanda reprimida, criou esse programa para reduzir a fila de espera. Todos nós sabemos que as pessoas que dependem do SUS para a realização de consulta, de exame mais avançado, de cirurgia, muitas vezes esperam meses ou até anos para conseguir. Diante disso, o Governo criou esse programa para oferecer aos usuários do SUS esses procedimentos especializados. O mutirão ocorrerá de forma simultânea em quarenta e cinco hospitais universitários federais. A intenção é, portanto, acelerar o acesso da população ao Sistema Único de Saúde e reduzir as filas históricas de espera por especialidades com alta demanda. É importante também registrar que, nesta edição — já que estamos no mês de março, mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher —, o foco principal será a saúde da mulher. Não exclusivamente, mas especialmente a saúde da mulher. Serão realizados os procedimentos: cirurgias de laqueadura tubária, ultrassonografias obstétricas, inserção de DIU, exames colpocitológicos oncológicos, espirometrias, ecocardiogramas, tomografias, cirurgias ortopédicas, bucomaxilofaciais, enfim. Veja que maravilha. É o governo do presidente Lula investindo em especialidades médicas para reduzir essa fila do SUS para pessoas que aguardam por um procedimento mais especializado. É claro que a Rede Básica de Saúde faz a atenção primária. Mas,

quando uma pessoa necessita, por exemplo, de uma cirurgia ortopédica, de um cardiologista, de uma consulta com o neurologista, a demora é grande. Este programa do governo Lula visa, através dos hospitais universitários do Brasil — que são quarenta e cinco —, oferecer esses mutirões para reduzir a fila, o tempo de espera por esses procedimentos. Em 2025, esses mutirões, realizados em todo o Brasil, somaram mais de 99 mil atendimentos. Olha só: quase 100 mil atendimentos. E aqui em Campo Grande foram realizados 798 procedimentos. Todos esses procedimentos consolidam a mobilização como uma das maiores forças-tarefas do SUS dentro dos hospitais federais. Essa é uma boa notícia. Muitas vezes, a população só escuta notícia negativa com relação ao SUS — não funciona, não tem médico, não oferece remédio. Acontece que, em muitos casos, a Saúde não funciona a contento por conta da incompetência dos gestores municipais, porque eles são os responsáveis pela gestão do SUS. Campo Grande, por exemplo, tem gestão plena do SUS. Logo, não se justifica a falta de remédio nas farmácias do SUS, a falta de médicos, nem a falta de especialistas: neurologista, cardiologista, psiquiatra e tantos outros. Agora, o Governo Federal, vendo essa deficiência, que, muitas vezes, acarretando filas longas de espera, lançou o Agora Tem Especialistas para diminuir o tempo de espera por esses procedimentos...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — O senhor me concede um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concedo, deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Vossa Excelência trata de um assunto dos mais importantes para todos os representantes de Mato Grosso do Sul e do Brasil como um todo. Ontem, eu recebi no meu gabinete uma empresária que está fazendo um trabalho exatamente como o que Vossa Excelência está mencionado na tribuna hoje. Ela tem uma equipe médica — urologista, ortopedista, e vários outros —, e está tentando arrumar emenda parlamentar positiva e impositiva para colocar nos municípios. Então, ontem ela arrumou um dinheiro para Bela Vista. Ela pega a demanda lá — dez, vinte, trinta, quarenta, cinquenta casos —, e faz o serviço. É como o mutirão que o senhor está comentando. A equipe vai a Bela Vista e presta o serviço de tudo quanto é especialidade. Hoje Dois Irmãos do Buriti tem um hospital; Itaporã tem um hospital; Caarapó tem hospital. Se alguém quebrar um dedo, tem que vir a Campo Grande, ou ir a Dourados, ou a Três Lagoas, porque não tem anestesista nos demais municípios. Então, no meu ponto de vista, financeiramente falando, é um crime o Governo do Estado investir dinheiro num serviço que não produz, que não entrega o atendimento. A única coisa que eu tenho de diferença em relação à fala de Vossa Excelência é com relação aos tais hospitais universitários. Eu gostaria que Vossa Excelência pedisse e apresentasse aqui nesta Casa o orçamento do Hospital Universitário de Dourados e depois pegasse e apresentasse a produção do Hospital Universitário. Porque, quando o senhor falou aí do projeto, que é extraordinário — tem o meu aval —, que atendeu setecentas e tantas pessoas de Campo Grande... Querido deputado Pedro Kemp, há mais de sete mil, oito mil, dezessete mil pessoas sofrendo. Esses setecentos representaram um pingo de água no oceano Atlântico: nem subiu o oceano, nem abaixou o

oceano, foi a mesma coisa que nada. Vossa Excelência é deputado, eu também. Olha, o que eu recebo de demanda por dia, desde o amanhecer até o anoitecer, de tudo quanto é lugar deste estado, não está escrito. Não tem atendimento médico. Porque quem é que vai pagar? Ontem aconteceu um fato, para encerrar: um senhor veio de Nova Andradina para regular o marcapasso. O cardiologista abriu o doente, e viu que o marcapasso não tem regulagem; tem que trocar o marcapasso. Então ele fechou o doente e o colocou no leito. Depois a família ligou para mim e relatou o ocorrido. Eu mandei pedir para o cardiologista escrever as questões técnicas, porque eu não entendo de cirurgia de coração; e ele escreveu tudo. Então eu passei o documento para o secretário de Saúde, Maurício Simões, e ele prontamente me respondeu, dizendo: "Vou resolver isso!". Eu liguei para o Canteiro — eu estou dando o nome dos médicos para não ficar dúvida —, e ele disse: "Senhor Zé Teixeira, eu acho que o Hospital Evangélico é credenciado no Ministério da Saúde, por incrível que pareça, porque esse equipamento custa 30 mil reais. Se o hospital não for credenciado, não tem de quem receber". Então, se o paciente não tiver 30 mil reais, vai morrer, ou então terá de fazer vaquinha, entrar na Justiça. O Brasil, deputado, não é essa maravilha. Mas eu quero parabenizá-lo. Se isso acontecer e se tiver produtividade, será muito bom. Mas eu gostaria que — já que Vossa Excelência está fazendo aí a sua fala, que eu aprovo e aplaudo o presidente — depois o senhor apresentasse o valor e a produtividade referentes a esse programa. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Então, deputado, nós precisamos verificar também quanto o Governo do Estado investe no Hospital Regional. Acho que os números não são muito animadores, considerando a quantidade de recursos investidos e os procedimentos e atendimentos realizados. Há muitas denúncias nesse sentido. Hoje mesmo eu apresentei uma indicação, solicitando explicações ao Hospital Regional acerca da recusa em realizar um parto cesáreo em uma paciente que se encontrava há horas em intensa dor. E por outro lado eu trago aqui uma boa notícia do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E não se trata de obrigação da União, como já mencionei: os gestores da saúde são os prefeitos, havendo também responsabilidade do Governo do Estado. O que o Governo Federal está fazendo é um mutirão nos hospitais universitários — que são federais, integrantes da Rede Federal — para atender a essas demandas emergenciais e reduzir as filas de espera por procedimentos especializados. Já recebi, inclusive, paciente, deputado Zé Teixeira, que saiu de Coronel Sapucaia para realizar cirurgia em Três Lagoas. Onde está a regionalização da saúde? Isso tem ocorrido com frequência em nosso estado. O sistema de regulação, de fato, funciona: havendo vaga em Coxim, retira-se o paciente de Caarapó e o encaminha para lá. Mas essa história de regionalização da saúde eu escuto desde que cheguei a esta Assembleia Legislativa. Sei que Coxim, por exemplo, possui um Hospital Regional, deputado Junior Mochi, de excelente qualidade, com capacidade para atender toda aquela região. Agora, ele precisa ser equipado, precisa ter médicos, especialistas, enfermeiros, técnicos, para fazer todos os procedimentos. Eu me lembro daquela "novela" com pacientes renais crônicos que saíam de lá e vinham a Campo Grande, de Van, para fazer hemodiálise. Hoje, esse problema parece que já foi resolvido, a sessão está sendo feita lá mesmo, na região. Mas, antes, a situação era absurda; inclusive, já ocorreram acidentes envolvendo as Vans. Eu acho que o Governo do Estado precisa, de fato, dar

atenção especial à regionalização da saúde em Mato Grosso do Sul. Este estado é territorialmente grande, é do tamanho de São Paulo, do Paraná, e tem poucos municípios: setenta e nove ao todo. Tudo aqui é muito longe. Daqui a Corumbá são 5 horas de viagem. Daqui a Cassilândia são 5 horas. Daqui a Mundo Novo são 5 horas também. Então, é preciso, de fato, investir nessa regionalização da saúde. Ora, as pessoas devem ser atendidas na região mais próxima à sua residência, para se evitar — porque isso também é caro — essa "ambulância-terapia" de transportar pacientes para lá e para cá —; sem falar no risco que os pacientes correm, pois as estradas também não estão muito boas. Então, eu trago aqui essa boa notícia do governo do presidente Lula, que investindo nesses mutirões, nos hospitais universitários, para reduzir a fila de espera por procedimentos especializados. Agora, isso não exime o Estado e as prefeituras da responsabilidade de também realizarem esses procedimentos, já que recebem recursos do SUS. Eu me lembro de que na gestão Azambuja teve aquela "Caravana da Saúde", que realizou não sei quantos mil procedimentos, naquelas carretas, que eu não sei se eram adequadas para realização de procedimentos, de cirurgias; e houve até pessoas que ficaram com problemas em cirurgias de catarata que fizeram. Mas aquele mutirão também foi uma tentativa de reduzir a demanda reprimida. Agora, mutirão é uma coisa temporária, emergencial; o que precisa ser feito, de fato, é investir na rede pública de saúde, para que todos os procedimentos de saúde necessários sejam feitos.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — O senhor me permite um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vou permitir depois que o deputado Junior Mochi falar. Ele está aguardando. Mas eu quero abrir um parêntese aqui para dizer que uma funcionária minha, com depressão, foi marcar uma consulta psiquiátrica na rede pública de saúde. Passou um ano, e ela não foi atendida. A depressão já até passou; ela tomou um chazinho, fez uma terapia com as vizinhas, e melhorou. Mas ela não conseguiu a consulta com o psiquiatra, que é uma raridade na rede pública de saúde. Deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Deputado Pedro Kemp, eu acho muito importante trazer esse assunto a esta Casa. A questão da saúde é complexa. Nós dividimos o sistema de saúde em hierarquização: 1 - atendimento básico; 2 - média complexidade; 3 - alta complexidade. O que nós estamos vendo, na verdade, é que, no processo de regionalização — exceto nas sedes macro (Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá, que está, por enquanto, só no papel) —, não se atende à alta complexidade. Por conta disso, toda situação considerada de alta complexidade acaba tendo de vir para esses centros, que são chamados de macro. O que estamos verificando hoje? Quer nós queiramos ou não, é importante termos clareza de que ainda não temos um hospital que possa substituir a Santa Casa na prestação do serviço de alta complexidade. Quando a Santa Casa entra na situação como entrou, em relação aos pacientes do SUS — porque 90% do atendimento da alta complexidade dela atende os pacientes do SUS —, acaba fazendo com que os pacientes entrem nessa "ambulância-terapia". Por quê? Porque a Central de

Regulação vai direcionar o paciente para Três Lagoas, para Dourados ou para onde puder atender à necessidade que surgiu lá na média complexidade. É bem verdade que atualmente os hospitais regionais atendem bem à média complexidade. Coxim, por exemplo, melhorou muito, chega a fazer 1.200 cirurgias por mês — fato que até alguns anos atrás não existia dentro das referências: ortopedia e outras; fora essas tem que encaminhar, porque não se chegou ainda à resolutividade em todas as áreas da medicina, que é o nosso sonho. Portanto, essa questão toda precisa ser repensada. Acho que nós podemos protagonizar uma audiência pública, chamando todos os atores. Não adianta atribuir a responsabilidade à Prefeitura, ao Estado ou à União. A Santa Casa é fundamental dentro do sistema de saúde, para atender às demandas mais complexas que o interior ainda não atende. Então, nós temos que debruçar sobre isso. A Santa Casa, na minha avaliação, é, hoje, o maior problema de saúde pública do estado. Porque, na medida em que ela deixa de oferecer o serviço de alta complexidade, acontece o que nós estamos vendo hoje: tem que jogar o paciente lá para Três Lagoas; ele tem de andar 500, 600, 700 quilômetros para ser atendido. Então, eu acho esse tema importante. Os três entes precisam investir. Eu sempre faço uma crítica técnica ao Governo Federal com relação ao repasse. Por conta de quê? Os municípios são obrigados a investir 15%; não há nenhum município neste estado que invista menos de 22%, 25%; alguns municípios investem 30%. O Estado tem a obrigação de investir 12%; e ele investe 12%, pouco mais do que isso. E a União teria que ter a obrigação legal, a meu ver, de chegar pelo menos a 10%. As três políticas mais importantes neste país são: saúde, educação e segurança pública. A única que tem um percentual definido constitucionalmente é a educação — o que fez com que ela melhorasse significativamente. Hoje, as demandas da educação estão bem menores, porque é feita a discussão sobre a distribuição dos recursos. Já houve programas importantes aqui, os quais merecem destaque, como o "Saúde Mais 10". Aliás, esse programa tem de voltar a existir. Hoje, a União investe pouco mais do que 5% em saúde. O dispositivo que está no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias obriga a União a investir o que investiu no ano anterior mais a inflação. E nós precisamos avançar nos investimentos, para que consigamos ter uma saúde de qualidade. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito obrigado, deputado Junior Mochi! Boa fala a de Vossa Excelência. Eu incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. Eu concedo agora a palavra ao deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Quero parabenizar Vossa Excelência por trazer este tema a esta Casa. Não existe nada mais importante do que a vida. E eu tenho acompanhado, ao longo de toda a nossa história aqui — eu trabalhei em hospital, Kemp, inclusive no HU — a saúde. Eu fiquei feliz de poder fazer este aparte. Por quê? É preciso enaltecer todas as ações que visem a diminuir o sofrimento das pessoas. E se nós formos seguir o que prescreve o Sisreg, eu não vou nem falar de cirurgia, vou falar de exames: há pessoas aguardando para fazer uma colonoscopia, por exemplo, há dois, três, quatro, cinco anos. A pessoa que ganha um salário mínimo jamais terá condições de pagar para fazer uma cirurgia. A fila é muito grande. E, segundo uma médica da área, demoraria dezoito anos para estancar essa fila. Então, isso é um sofrimento. A gente não

fica um dia sequer sem ter de socorrer alguém. Eu já tenho, inclusive, até um vínculo com algumas clínicas que trabalham com a tabela social, que têm convênios com as empresas que fazem tomografia, ressonância e tantos outros exames. Então, esses mutirões podem dar uma desafogada na saúde. Eu estive hoje com a Alir Terra, presidente da Santa Casa, que tem feito um trabalho brilhante. Mas é preciso colocar sobre a mesa o custo de cada paciente da rede pública, onde entram investimentos públicos. E eu quero destacar também a parceria tripartite: Governo Federal, Estado e Município. Isto é a chamada gestão plena. Campo Grande, por exemplo, é gestão plena; e conta com a participação do Estado. É preciso resolver o problema. A alta complexidade, inclusive aqui de Campo Grande, que atende a Santa Casa — até quem tem convênio particular, quando o negócio aperta, é lá que tem resposta. Então, não podemos partidizar certas questões. Não é o caso de Vossa Excelência, claro. Mas é fundamental colocar o assunto sobre a mesa, falar com os três entes, a fim de encontrar uma solução. Vossa Excelência tem uma filha médica que se formou junto com a minha, e sabemos que, muitas vezes, elas trabalham de forma precária e sofrem por não poderem dar resposta a tantas pessoas que as procuram. Então, quero aqui enaltecer essa ação do Governo Federal e dos hospitais universitários. Esperamos que o programa consiga diminuir essa fila de espera. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito obrigado. Eu incorporo o aparte de Vossa Excelência ao meu pronunciamento...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Faltam 4 minutos, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Já vou encerrar, presidente. É que se trata de uma boa notícia. Então, no próximo sábado, dia 21, serão realizados trezentos atendimentos — entre cirurgias, exames e consultas com especialistas. E façamos votos de que esses mutirões aconteçam mais vezes e que o Governo do Estado e as prefeituras também invistam nos hospitais municipais e regionais. Obrigado. Era o que eu tinha.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu quero registrar a presença do senhor Francisco, presidente do Sindicato dos Peritos Oficiais de Mato Grosso do Sul, e do senhor Paulo, que o acompanha. Eles estão aqui, mais uma vez, sempre de forma cordial, democrática e republicana, para trazer seus pleitos justos e procedentes. Eles têm a nossa solidariedade. Eu sempre digo, deputado Paulo, que o perito tem um papel fundamental na elucidação de crimes. E, de acordo com o ranking nacional, este estado paga o menor salário à categoria. Eu já conversei com o Governo; estamos trabalhando em prol da isonomia, porque as forças de segurança pública de Mato Grosso do Sul são

referência no âmbito nacional, apesar das vicissitudes geográficas, já que fazemos fronteira com dois países produtores de drogas, que também promovem o tráfico de armas. E as nossas polícias estão entre as melhores do país. Eu tenho amigos na segurança pública do Rio de Janeiro, por exemplo, que invejam a nossa força de segurança. Quero enaltecer o comandante-geral, que foi coordenador aqui da segurança, nosso querido coronel Renato Garnes. Ele foi eleito presidente de todos os comandantes do Brasil. Isso é prova do que estou dizendo. Portanto, deputado Paulo, precisamos nos enganemos para que essa categoria tão importante, no contexto da segurança pública de Mato Grosso do Sul, tenha direito à isonomia salarial. Era o que eu tinha. Obrigado.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em tempo, quero dizer que o deputado Coronel David encontrava-se inscrito no Pequeno Expediente, mas precisou dar uma entrevista. Vossa Excelência fica autorizado a fazer seu pronunciamento.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Presidente, muito obrigado. Quero apresentar duas moções de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Polícia Militar, pelo êxito em um confronto ocorrido ontem em Coxim. A Força Tática da Polícia Militar entrou em confronto com criminosos, e três integrantes do Comando Vermelho foram a óbito. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Polícia Civil de Dourados, que entrou em confronto com integrante do PCC, levando um deles também a óbito. Eu já deixei discriminado o nome dos policiais militares e dos policiais civis que atuaram nessas duas grandes ocorrências, mostrando que a segurança pública de Mato Grosso do Sul não dá moleza para facção criminosa. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e um deputados presentes, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 001/2026. Autor: deputado Renato Câmara... Não se encontra. Vamos fazer a inversão. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 298/2025. Autor: Poder Executivo. "Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.268, de 28 de junho de 2024, visando conferir maior aplicabilidade ao artigo 20 da referida lei, acrescentando o parágrafo 1º e o parágrafo 2º, que estabelecem as condições gerais dos contratos, dos termos aditivos ou dos instrumentos similares firmados pelos beneficiários de imóveis originários ou incorporados por sucessão legal à Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul

(Agehab-MS)." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 298/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.



DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São quinze votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. O deputado Renato Câmara está presente? Não se encontra. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 329/2025. Autor: deputado Junior Mochi. "Inclui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, o Encontro Nacional de Violeiros e Violeiras do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 329/2025, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em discussão única e votação simbólica. "Um requerimento, vinte e nove indicações e dez moções de congratulação". Está inclusa, por decisão do presidente, a moção de congratulação à prefeita da cidade de Bataguassu, Wanderleia Caravina, pela inauguração do Parque Aquático Municipal Guaçu... Pela ordem, senhores deputados. Nós estamos em votação. Deputado Professor Rinaldo. Eu gostaria que o deputado Caravina prestasse atenção. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Apresentada pelos deputados Pedro Pedrossian Neto e Zé Teixeira, em razão do falecimento de Francisco José de Carvalho Neto. Apresentada pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento da senhora Maria Creuza do Carmo. Apresentada pelo deputado Paulo Duarte, em razão do falecimento do senhor Otomilton de Jesus Correia. Apresentada pela deputada Gleice Jane, em razão do falecimento da senhora Maria Aparecida do Nascimento. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais...

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Não deu tempo de eu falar no Pequeno Expediente. Primeiramente, bom dia! Eu trouxe aqui um projeto de lei. "Fica instituída, para fins turísticos e culturais de promoção do desenvolvimento regional, a Rota do Pantanal no Estado de Mato Grosso do Sul. A rota turística denominada Rota do Pantanal compreende o trecho da BR-262 que abrange os municípios de Campo Grande, Terenos, Aquidauana, Anastácio, Miranda e Corumbá. A Rota do Pantanal tem como objetivos: 1 - a promoção e a divulgação dos municípios situados na região integrantes da rota; 2 - a promoção e a divulgação de pontos turísticos dos municípios que a integram, com vistas a potencializar o desenvolvimento socioeconômico regional e cultural do estado; 3 - a integração dos municípios, com vistas ao estímulo do ecoturismo; 4 - o fortalecimento, a ampliação e o desenvolvimento da atividade turística, geração de renda e fonte de novos empregos; 5 - a articulação de ações conjuntas entre o Poder Executivo do Estado, órgãos municipais e sociedade civil. Haverá a necessidade de instalação de sinalização da Rota do Pantanal nas vias que a compõem, respeitando as normas estabelecidas e autorização dos órgãos competentes. Para fins de incentivo ao desenvolvimento dos atrativos consubstanciados na Rota do Pantanal, o Estado, em parceria com os municípios abrangidos, poderá adotar políticas creditícias, tributárias e de fomento também ao investimento. O presente projeto de lei tem como finalidade garantir o fortalecimento da visibilidade das atividades turísticas nos municípios que abrangem a BR-262, acesso terrestre ao Pantanal, patrimônio mundial pertencente ao nosso estado. A criação da denominação Rota do Pantanal visa fomentar e fortalecer a identidade turística e incentivar a economia regional e o ecoturismo no estado. De outro lado, não haverá mudança no nome oficial da rodovia BR-262, mas sim a criação de uma nomenclatura que trará maior visibilidade e reconhecerá, de forma turística, o Estado de MS." Assim como Santa Catarina tem a Rota do Sol, que liga as praias, a gente gostaria que esse projeto fosse aprovado aqui na Assembleia Legislativa para dar nome à nossa rota. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a Sessão. Agradeço a Deus, aos servidores, à imprensa e a todos que aqui se encontram. Encerrada a presente Sessão (11h11min).